

# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA



## Capítulo I - DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º - Associação Brasileira de Psicologia Política, também designada pela sigla ABPP, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede no município de Belo Horizonte/MG, na Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha e com foro no município de Belo Horizonte/MG.

Art. 2º - A ABPP tem por finalidades:

- I. promover e aprimorar o ensino e a pesquisa em Psicologia Política;
- II. promover o intercâmbio e a cooperação entre entidades científicas e centros de pesquisa voltados para a Psicologia Política ou áreas afins;
- III. obter apoio financeiro para o desenvolvimento de programas de ensino e a pesquisa em Psicologia Política;
- IV. criar dispositivos para a valorização de programas de ensino e pesquisa em Psicologia Política;
- V. qualificar docentes e pesquisadores filiados;
- VI. difundir os conhecimentos produzidos na área da psicologia política para todos os interessados e sobretudo para os profissionais ligados ao ensino e à pesquisa em Psicologia Política;

Art. 3º - Para a consecução dos seus objetivos e para a aplicação e gestão de recursos públicos que eventualmente receber, a ABPP observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade e poderá:

- I. celebrar convênios, acordos, contratos ou ajustes com entidades públicas ou privadas, nacionais ou não;
- II. promover estudos e pesquisas;
- III. atuar junto a órgãos públicos e privados;
- IV. editar e distribuir publicações;
- V. organizar encontros científicos;
- VI. participar em atividades de associações e instituições com objetivos afins.

Art. 4º - No desenvolvimento de suas atividades, a ABPP não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, religião ou nacionalidade.

Art. 5º - A ABPP terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará seu funcionamento.

Art. 6º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação poderá organizar-se em tantos departamentos ou unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias e as quais se regerão pelo presente Estatuto, assim como pelo Regimento Interno.



## Capítulo II – Dos Associados, seus Direito e Deveres

Art. 7º - Integrarão a Associação as seguintes categorias de sócios: sócios fundadores, sócios eméritos e sócios efetivos.

Parágrafo Primeiro – São sócios fundadores os que assinaram a lista de presença da sessão de fundação da Associação.

Parágrafo Segundo - São sócios eméritos aqueles aos quais a Assembléia Geral conferir esta distinção, por iniciativa própria ou por proposta da diretoria à Assembléia, em virtude de contribuições significativas prestadas para o desenvolvimento da Psicologia Política .

Parágrafo Terceiro – São sócios efetivos profissionais de nível superior que atuem na área da Psicologia Política ou em áreas afins e estudantes regularmente inscritos em programas de pós-graduação nas áreas da Psicologia Política, Psicologia Social ou Ciência Política ou em áreas afins, e que forem admitidos mediante aprovação da Diretoria da proposta feita, por parte do interessado, em formulário próprio dirigido à Associação e acompanhado por curriculum vitae.

Art. 8º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade. 8

Art. 9º – São direitos dos associados:

- I- participar das reuniões, debates e eventos promovidos pela entidade;
- II- participar das Assembléias Gerais, debater, deliberar, votar e ser votado, desde que em pleno gozo de seus direitos;
- III- receber as publicações da entidade;
- IV- exercer por delegação a representação do Presidente da ABPP e participar em delegações;
- V- interpellar a diretoria, coletiva ou individualmente, sobre qualquer ato que diga respeito à Associação;
- VI- ter acesso a todos os dados e informações da entidade, em especial os de natureza contábil e financeira.

Art. 10 - São deveres das associados:

- I - conhecer, cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e demais decisões emanadas dos órgãos sociais;
- II - colaborar continuamente para que os objetivos da ABPP se realizem;
- III - participar das Assembléias e reuniões, sempre quando convocado;
- IV - contribuir para a manutenção da entidade através do pagamento de anuidades.

Art.11 – Os associados estão sujeitos às penalidades de suspensão e exclusão do quadro social quando cometerem desrespeitos ao presente Estatuto e decisões legais da entidade. 11

Parágrafo primeiro – A apreciação da falta cometida pelo associado deve ser realizada pela diretoria em reunião extraordinária, especificamente convocada para este fim, resguardando o amplo direito de defesa do associado.





Parágrafo segundo – Julgando necessário, a diretoria designará uma comissão de ética para analisar o caso específico.

Parágrafo terceiro – Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a penalidade será sugerida pela comissão de ética e deliberada pelo Conselho.

Parágrafo quarto – Da decisão da diretoria cabe sempre recurso à Assembléia Geral.

### **Capítulo III – Dos Órgãos Deliberativos e Administrativos**

Art. 12 - São órgãos da ABPP:

- I A Assembléia Geral;
- II A Diretoria;
- III O Conselho Fiscal.

#### **Seção I – Da Assembléia Geral**

Art. 13 - A Assembléia Geral, constituída pelos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo de seus direitos, é o órgão deliberativo superior da ABPP.

Parágrafo Primeiro – A Assembléia Geral realizar-se-á por convocação, nominal e através de edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Segundo – As decisões tomadas nas reuniões serão registradas em ata, com a assinatura dos associados presentes.

Art. 14 - A Assembléia Geral reunir-se-á , em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, maioria absoluta dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo de seus direitos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número de associados.

Parágrafo Único - As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto e tendo o presidente da Assembléia o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 12 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente, por convocação da Diretoria, para apreciar e deliberar sobre o plano de trabalho e orçamento para o ano seguinte e o balanço do exercício anterior e, bienalmente, elegerá os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 13 - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente por convocação da diretoria ou por convocação de um quinto dos associados em pleno gozo de seus direitos.

Art. 14 - Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- II destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.;

- III apreciar as contas e decidir sobre o parecer do Conselho Fiscal;
- IV aprovar o orçamento anual da Associação e fixar as anuidades dos sócios;
- V alterar o Estatuto; X
- VI deliberar sobre a extinção da ABPP e o destino do seu patrimônio; X
- VII deliberar sobre a aquisição de bens imóveis, bem como sobre a constituição de ônus reais sobre os mesmos.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem os incisos 2, 5, 6 e 7 é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos sócios, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

## Seção II – Da Diretoria

Art. 15 – A Diretoria encarregada da administração geral da ABPP, eleita pela Assembléia Geral, dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, será composta por 7 membros, sendo 1 (um) Presidente, 5 (cinco) Vice-Presidentes Regionais e 1 (um) Secretário Geral.

Parágrafo Único – Em caso de vacância em qualquer um dos cargos da Diretoria, caberá à Diretoria indicar o substituto ad referendum da Assembléia Geral.

Art. 16 – O mandato dos membros da diretoria será de 2(dois) anos , permitida uma única recondução em mandato subsequente

Parágrafo Único - A posse da Diretoria ocorrerá até 30 (trinta) dias após a data de sua eleição.

Art. 17 - Todas as decisões da Diretoria serão tomadas por maioria simples.

Art. 18 - A diretoria reunir-se-á ordinariamente, duas vezes por ano.

Parágrafo Único – A Diretoria poderá reunir-se extraordinariamente quando convocada pelo presidente.

Art. 19 - Compete à Diretoria:

- I Zelar pelo cumprimento dos objetivos e das disposições estatutárias e regimentais da ABPP e das decisões emanadas da Assembléia Geral;
- II Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- III Elaborar o relatório anual da ABPP;
- IV Apresentar anualmente à Assembléia Geral o plano de trabalho e o orçamento para o ano seguinte e as contas e balanço do exercício anterior;
- V Apresentar ao Conselho Fiscal a prestação de contas anual para exame e parecer;
- VI Administrar o patrimônio da ABPP;
- VII Admitir associados;
- VIII Constituir comissões e grupos de trabalho.



Art. 20 - Compete ao Presidente:

- I Representar a ABPP ativa e passivamente, administrativa, judicial ou extrajudicialmente;
- II Representar a ABPP junto a organismos nacionais e internacionais da área ou de áreas afins e junto a autoridades;
- III Convocar e presidir as reuniões da diretoria;
- IV Presidir a Assembléia Geral;
- V Assinar, juntamente, com o Secretário Geral, todos os atos, convênios, contratos, cheques, ordens de pagamento e quaisquer outros documentos que representem direitos e obrigações da ABPP;
- VI Fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral e da Diretoria, bem como as disposições estatutárias e regimentais;
- VII Admitir e demitir funcionários;
- VIII Coordenar as atividades da diretoria;
- IX Delegar poderes especiais aos membros integrantes da Diretoria ou associados com fins de representar a ABPP nas situações que se fizerem necessárias.

Art. 21 – Compete aos Vice-Presidentes:

- I Substituir o Presidente em todas as suas faltas e impedimentos, principalmente nas respectivas regiões;
- II Colaborar com o Presidente na supervisão das atividades da ABPP.

Art. 22 Compete ao Secretário Geral:

- I Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- II Organizar e manter em dia a documentação;
- III Organizar e manter em dia o cadastro de sócios;
- IV Controlar a arrecadação dos recursos financeiros e efetuar a cobrança de anuidades;
- V Assinar em conjunto com o Presidente, cheques e demais documentos que impliquem responsabilidade financeira da ABPP;
- VI Preparar e apresentar à Diretoria orçamentos, balanços e balancetes;
- VII Prestar ao Conselho Fiscal todas as informações contábeis e financeiras solicitadas;
- VIII Cuidar das publicações da ABPP, quando não tiver departamento especializado;
- IX Exercer outras atividades peculiares ao cargo ou que lhe venham a ser atribuídos pelo Presidente.

Parágrafo Único –A diretoria poderá criar uma secretaria executiva à qual poderá delegar atividades para melhor administração da ABPP.

**Seção – III Do Conselho Fiscal**

Art. 23 - O Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e dois suplentes, é competente para opinar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre operações realizadas .



Art. 24 - O mandato dos conselheiros fiscais será dois anos, vedada a recondução.

Art. 25 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre quando convocado pela maioria dos seus membros.

Art. 26 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I Examinar e emitir parecer conclusivo sobre as contas, demonstrações contábeis e orçamentos anuais apresentados pela Diretoria;
- II Examinar a qualquer tempo os livros e os documentos contábeis da ABPP;
- III Acusar eventuais irregularidades, sugerindo medidas saneadoras.

#### **Capítulo IV – Dos Recursos e do Patrimônio**

Art. 27 – Os recursos e o patrimônio da ABPP serão oriundos :

- I Da contribuições dos associados;
- II De doações, legados, dotações e usufrutos;
- III De aportes voluntários de associados e não-associados;
- IV De eventuais saldos orçamentários;.
- V Outras rendas de qualquer natureza.

Art. 28 – O patrimônio da ABPP só poderá ser alienado com a aprovação da Assembléia Geral.

#### **Capítulo V - Da dissolução da ABPP**

Art. 29 – Em caso de dissolução da ABPP, seu patrimônio líquido será transferido para outra instituição congênere, com personalidade jurídica sem fins lucrativos, que tenham preferencialmente, o mesmo objeto social.

Parágrafo Único – A dissolução só poderá ser deliberada por 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

Art. 30 - A fusão ou incorporação da ABPP por outra entidades, como também a absorção de entidades congêneres pela ABPP dependerão da aprovação por 2/3 (dois terços) presentes à Assembléia, especialmente convocada para este fim.

#### **Capítulo VI - Das disposições Gerais e Transitórias**

Art.31 - O exercício financeira da ABPP coincidirá com o ano civil.

Art. 32 – Os editores da Revista “Psicologia Política” indicados pela diretoria permanecerão no cargo por um período mínimo de 4 (quatro) anos.

Art. 33 – Os cargos eletivos não dão direito à remuneração a seus detentores, cabendo-lhes tão somente o recebimento de diárias e passagens quando em viagens a serviço da entidade.



Art. 34 – O presente Estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 dois terços dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terços nas convocações seguintes.

Art. 34 - Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria *ad referendum* da Assembléia Geral.

Art. 35 - Será eleita uma diretoria provisória com mandato de seis meses para elaborar o Regimento Interno e organizar devidamente a entidade.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2005

Este estatuto foi aprovado em Assembléia Geral, no dia 16 do mês de abril do ano de 2005.

São Paulo, 24 de abril de 2005

Salvador Antônio Mirelles Sandoval  
Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficial: Dr. José Nadi Néri

Av. Afonso Pena, 732 - 2º andar - Belo Horizonte - MG - Telefax: 3224-3878

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA.

REGISTRADO(A) sob o nº 119.525, no Livro A, em 01/08/2005.

Belo Horizonte, 01/08/2005. Escrevente Substituto: Ana Paula Néri Silveira  
Emolumentos: R\$1,51 - Taxa Fiscalização: R\$0,48 - Total: R\$1,99



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRA-ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA



Às 14 horas e trinta minutos do dia primeiro de novembro do ano de 2008, na sala 03 da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP), Av. Arlindo Bettio, 1000, Ermelino Matarazzo, São Paulo, reuniram-se em assembléia geral extra-ordinária, em segunda convocação, os sócios da **Associação Brasileira de Psicologia Política**, depois de constatado, através da lista de presença anexada a esta ata, o quorum para o início dos trabalhos, conforme o que preceitua o artigo 34 do Estatuto vigente. O professor Cornelis Johannes van Stralen, presidente da **Associação Brasileira de Psicologia Política** abriu a reunião, enfatizando que a pauta era deliberar sobre a alteração de dois artigos do Estatuto: o artigo 7º e o Parágrafo Único do Art. 16, como especificado no Edital de Convocação. Dando prosseguimento, a Secretária Geral da Associação, a professora Vanessa Andrade de Barros, submeteu a pauta à aprovação da assembléia e fez a leitura das alterações propostas, na forma de leitura comparativa, sendo lido o texto original e em seguida o texto modificado. Ficou decidido pela Assembléia que a votação se daria item a item. Em primeiro lugar, o professor Cornelis submeteu a alteração do artigo 7º, Parágrafo Terceiro que tem como objetivo incluir na categoria de sócios efetivos também alunos de curso de graduação interessado na Psicologia Política, apontando que a alteração está sendo proposta por vários sócios e se justifica pela grande participação de alunos de graduação na organização e realização dos simpósios de psicologia política. Após ampla discussão, em que o professor Salvador Antonio Mireles Sandoval sugeriu uma restrição à participação dos estudantes de graduação no sentido que não poderão ser eleitos para os cargos da diretoria nacional e o professor Alessandro Soares da Silva opinou que os estudantes de graduação pagassem uma anuidade equivalente à metade do valor da anuidade a ser paga pelos demais sócios, a Assembléia aprovou por unanimidade as seguintes alterações para incluir estudantes de graduação como sócios efetivos: a) nova redação para o parágrafo terceiro do artigo 7º: “São sócios efetivos profissionais de nível superior que atuem na área da Psicologia Política ou em áreas afins, estudantes regularmente inscritos em programas de pós-graduação na área da Psicologia Política, Psicologia Social, Ciência Política ou em áreas afins e estudantes de graduação interessados em Psicologia Política.”; inclusão de parágrafo único no Art. 9º com a seguinte redação: “Os estudantes de graduação não poderão ser eleitos para os cargos da diretoria nacional”; e inclusão de parágrafo único no Art. 10 com a seguinte redação: “Estudantes de graduação pagarão uma anuidade equivalente a metade do valor da anuidade dos demais sócios”. Dando prosseguimento aos trabalhos, a professora Vanessa leu a alteração proposta do parágrafo único do Art. 16: “A posse da Diretoria ocorrerá no dia dois de janeiro do ano subsequente à eleição da diretoria” e o prof. Cornelis esclareceu que a alteração é proposta pelo fato de que não é viável definir datas fixas para a realização das Assembléias Gerais e que, desta forma, o mandato de uma diretoria poderá eventualmente terminar antes de se eleger uma nova diretoria. A alteração proposta não levantou discussão e foi imediatamente colocado em votação. Foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembléia da qual se lavrou a presente ata que lida e se aprovada, deverá ser assinada por mim, prof. Vanessa Andrade de Barros. São Paulo, 01 de novembro de 2008.

*Boonos*



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878 www.cartoriopeessoasjuridicas.com.br - cartrcpj@uol.com.br	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLITICA	
AVERBADO(A) SOB O N°12 no registro 119525, no Livro A, em 12/11/2009.	
Belo Horizonte, 18/11/2009.	
Escritores Substitutos: Dr. Antbal Skackauskas D. da Silva ( ) Ana Paula Néri Silveira ( )	Oficial: Dr. José Nadi Néri ( )
mot: R\$ 1,78 T.F.J. R\$ 0,60 Rec: R\$ 0,11 Total: R\$ 2,49	



ANEXO 1

**ALTERAÇÃO PARCIAL DO ESTATUTO DE ACORDO COM A ATA DA ASSEMBLEIA  
REALIZADO NO DIA 01/11/2008**

(REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS JOSÉ NADI NÉRI;REGISTRO 1119525 /AV12)

NOVA REDAÇÃO PARÁGRAFO TERCEIRO DO ARTIGO 7:

*São sócios efetivos profissionais de nível superior que atuem na área da psicologia política ou em áreas afins e estudantes de graduação interessados em psicologia política.*

INCLUSÃO PARÁGRAFO ÚNICO NO ARTIGO 9:

*Os estudantes de graduação não poderão ser eleitos para os cargos da diretoria nacional.*

INCLUSÃO DE PARÁGRAFO ÚNICO NO ARTIGO 10:

*Estudantes de graduação pagarão uma anuidade equivalente a metade do valor da anuidade dos demais sócios.*

ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 16 PARA:

*A posse da Diretoria ocorrerá no dia dois de janeiro do ano subsequente à eleição da diretoria*

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2013



Cornelis Johannes van Stralen  
Secretário Geral